



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

ATA Nº 12/2025/CONSUP/IFTO, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

1 Ata da quarta reunião ordinária de dois mil e vinte cinco do Conselho Superior do
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia dez
3 de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Auditório I da Reitoria,
4 localizada na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20,
5 Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul – CEP 77020-450 Palmas/TO, reuniu-se, sob a
6 presidência do presidente substituto Cláudio Sousa Galvão, o Conselho Superior do
7 Instituto Federal do Tocantins. Foi registrada a presença dos representantes do
8 Colégio de Dirigentes, segmento diretores-gerais de *campi*: Gilvan Vieira Moura,
9 primeiro titular; Milene Lopes dos Santos Queta, segunda titular; Claudio de Sousa
10 Galvão, primeiro suplente; dos representantes do Colégio de Dirigentes, segmento
11 diretores de *campi* e pró-reitores: Juliana Ferreira de Queiroz, primeira titular;
12 Mírian Peixoto Soares da Silva, segunda titular; Marcia Adriana de Faria Ribeiro,
13 primeira suplente; dos representantes dos servidores docentes: Erica Ribeiro de
14 Sousa Simonetti, terceira titular; Edmar Vinícius de Carvalho, quarto titular; Paulo da
15 Silva Paz Neto, primeiro suplente; Saulo Carvalho de Souza Timóteo, segundo
16 suplente; dos representantes dos servidores técnico-administrativos em
17 educação: Edson Leite Apinagé, primeiro titular; Francisco César de Sousa, terceiro
18 titular; Josuan de Carvalho da Cunha, quarto titular; dos representantes dos
19 discentes: Lucas Alves Machado, primeiro titular; Eduardo Gabriel Ribeiro da Silva,
20 terceiro titular; João Vitor Bonini de Alcantara, quarto titular; das representantes dos
21 egressos: Ana Rafaela Bezerra Cavalcante de Sousa, primeira titular; Cristiely Maria
22 de Sousa Alves de Oliveira, segunda titular; do representante da Federação do
23 Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins –
24 FECOMÉRCIO, Leandro Dias Costas, titular; da representante do SINASEFE seção
25 Araguatins, Márcia Regina Marques Amado da Silva; do representante do Sindicato
26 dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Tocantins – SINTRAS, Domingos
27 Rodrigues da Silva, titular; da secretária do Conselho Superior, Rosseane Elysa
28 Ferreira Barbosa. O presidente conferiu o quórum, cumprimentou os participantes, e
29 declarou aberta a reunião. Na sequência procedeu-se aos informes gerais. A
30 conselheira Milene, diretora-geral do *Campus* Gurupi, citou que o *Campus* sediou o
31 Identidade IFTO, entre os dias 10 e 13 de novembro, e agradeceu a participação de
32 todos. Ressaltou a satisfação imensa para a comunidade do IFTO e do *Campus*
33 Gurupi em receber as delegações. Reforçou que a participação foi histórica em
34 relação a edições anteriores. Agradeceu a cada estudante pela participação e disse
35 que foi muito marcante receber todos no *Campus* Gurupi, que foi realmente um
36 marco. Disse que o Identidade se tornou um evento itinerante, o que
37 é extremamente positivo para quem recebe o evento, pois possibilita maior número
38 de participantes do *campus*-sede. Agradeceu à comissão organizadora em nome da
39 Andressa, que ficou responsável pela equipe, e a todos que participaram. O

40 presidente substituto agradeceu à conselheira pelo relato e também ao *Campus* por
41 ter recebido o Identidade. Reforçou que o evento foi realmente
42 fantástico e informou que todas as delegações elogiaram bastante a organização
43 local, citou os índices recordes em apresentações de trabalhos, e reforço que o
44 evento foi muito importante para o IFTO. A conselheira Ana Rafaela agradeceu por
45 todo compartilhamento e aprendizado durante o biênio que estava se
46 encerrando. Parabenizou os novos membros, que conduziram o Conselho nos
47 próximos dois anos, se incluindo, pois havia sido reeleita como representante dos
48 egressos. Levantou uma análise técnica bem respeitosa do processo eleitoral
49 direcionado ao segmento dos egressos. Disse que, embora reconhecesse o esforço
50 da instituição em organizar um processo que atendesse a todos de forma
51 democrática, o processo eleitoral para os egressos apresentava algumas dificuldades
52 que tornavam o processo eleitoral um pouco excludente e também antidemocrático.
53 Explicou como que funcionava o processo para os egressos. Citou que primeiro era
54 preciso se cadastrar em um link, para receber um outro link da instituição, caso não
55 recebesse esse link, teria que solicitar o link para a comissão. Reforçou que o
56 modelo atual era muito complicado para os egressos, primeiramente, porque a
57 instituição tinha que entrar em contato com o egresso, e solicitar que ele se
58 cadastrasse. Citou que no último processo eleitoral as inscrições dos candidatos
59 egressos não estavam nem homologadas, e a instituição já estava em contato com
60 eles solicitando o cadastramento. Ressaltou a dificuldade dos egressos em fazer
61 contato, se apresentarem como candidatos e buscar apoio para o cadastramento
62 dos demais. Reforçou que, se não recebessem o link, não conseguiriam votar, ou
63 seja, o processo não era acessível a todos, mas infelizmente só perceberam isso no
64 final do dia da eleição. Disse que o interesse dos egressos em participar era
65 perceptível, apesar de estarem afastados da instituição, e que por isso precisavam
66 pensar em um processo eleitoral que fosse mais acessível. Ressaltou que a sua fala
67 não era no sentido de buscar culpados, mas sim uma sugestão de reavaliação do
68 processo eleitoral direcionado aos egressos, pois, melhorando o processo,
69 conseguiriam maior participação, além de o IFTO ser mais transparente e
70 democrático. Sugeriu, diante das multiplicidades de etapas do processo eleitoral dos
71 egressos, a simplificação das etapas. Reconheceu que o processo estava
72 mais acessível com a votação *online*, no entanto, via possibilidade para melhoras.
73 Disponibilizou-se para ajudar na construção de um processo eleitoral mais inclusivo
74 e representativo em que de fato os egressos participassem mais desse processo. O
75 presidente agradeceu a fala da conselheira e informou que o presidente da
76 Comissão Eleitoral Central, Jefferson Kássio Cordeiro, apresentaria ainda naquela
77 reunião um pouco sobre como estava o regulamento e que a conselheira poderia
78 sugerir algumas alterações no regulamento para que as demandas e necessidades
79 observadas fossem atendidas. A conselheira Marcia Adriana informou a realização
80 do AfroIdentidade dentro da programação do Identidade 25 nos dias 12 e 13 de
81 novembro. Agradeceu à professora Milene pela recepção. Disse que o evento foi de
82 muitas discussões sobre a temática da educação antirracista. Agradeceu a Milene,
83 em nome do *campus*, e à professora Delma, que conduziu a ação junto com a
84 professora Regiane e toda a equipe da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. Disse que
85 o evento cumpriu com o seu planejamento, e também agradeceu ao *Campus* Paraíso
86 do Tocantins, que recepcionou o 14º Seminário de Acesso Estudantil, do dia 24 ao
87 dia 26 de novembro. Agradeceu a toda a equipe do professor Fernando, em nome
88 da diretora de Acesso Estudantil, a Jahny Kassia, pela condução da equipe da PROAE.
89 Informou que o tema do seminário foi comunicação que gera conexão e trabalharam

90 sobre a Política Nacional de Linguagem Simples, Lei nº 15.263, publicada no dia 14
91 de novembro. Disse que já estavam trabalhando em alguns documentos ante esse
92 formato de linguagem simples dentro da Pró-reitoria de Ações Estudantis. Disse
93 também que estavam trabalhando fortemente no próximo edital de Bolsa
94 Permanência, que também já atenderia a esse formato. Informou que também
95 estavam trabalhando sobre essa temática com as comissões locais. Agradeceu a
96 todos os diretores que possibilitaram a ida dos seus servidores e estudantes para
97 esse seminário. Informou que estavam finalizando dois processos seletivos, um para
98 o ensino médio integrado nas 11 unidades, e outro para o acesso ao ensino superior
99 de 10 unidades. Agradeceu o apoio dos diretores quanto às comissões locais, pois
100 era um trabalho árduo que buscava ação de entrada, o acesso de novos estudantes,
101 tanto para o ensino médio, quanto para o subsequente em Araguaína. Informou
102 que naquela data estavam finalizando o prazo para as inscrições para o ensino
103 superior. Pediu aos colegas diretores que, com as suas comissões, acompanhassem
104 os números, pois o acompanhamento diário era muito importante. Disse que
105 estavam na fase final já do ensino médio integrado, com previsão de publicação do
106 resultado final para o dia 15 de dezembro, para que os novos estudantes já tivessem
107 acesso às matrículas. Disse que já haviam iniciado com o *Campus* Gurupi e as demais
108 unidades fazendo o processo de matrícula, e reforçou que a PROAE estava à
109 disposição para participar do processo, pois entendiam que o ato da matrícula era
110 um processo importante, e por isso a equipe do processo seletivo estava totalmente
111 à disposição. A conselheira Cristiellily compartilhou com a comunidade as conquistas
112 de dois egressos. O primeiro era o professor Paulo César Pereira Costa, de Porto
113 Nacional, com quem ela teve a honra de trabalhar, e que vinha se destacando na
114 área da robótica. Disse que, naquela semana, havia recebido a moção de aplausos
115 pela Câmara de Vereadores de Porto Nacional, como uma forma de reconhecimento
116 do trabalho que vinha desenvolvendo. Destacou que era muito gratificante ver
117 os egressos do IFTO desempenhando um papel fundamental na comunidade. A
118 segunda egressa mencionada foi Vitória Oliveira das Chagas, do *Campus* Araguatins,
119 egressa do curso Técnico de Agropecuária, a qual recebeu reconhecimento por
120 mérito nos estudos, no curso de Direito, na PUC de Goiás, o que reforça que os
121 egressos estão tendo uma formação de qualidade no IFTO e o reconhecimento desse
122 ensino de qualidade. O conselheiro Francisco destacou a importância do trabalho do
123 técnico administrativo. Citou que muitas vezes era costume questionar as formas de
124 tratamentos, pois deparavam com pessoas que, ao fazer referência em relação a
125 professores e técnicos administrativos, diziam professores e servidores, como se
126 fossem diferentes, o que não era. Afirmou que todos eram servidores e
127 formavam dois segmentos, um docente, que eram os professores, e os técnicos
128 administrativos, que eram classificados em diversos cargos diferenciados.
129 Contudo, todos eram servidores, que trabalhavam em conjunto para o
130 desenvolvimento da instituição e que o trabalho dos técnicos não era mais
131 importante do que o dos professores e vice-versa. Reforçou que o trabalho dos
132 técnicos administrativos contribuía para o desenvolvimento da atividade docente, ou
133 seja, para a atividade-fim, o desenvolvimento dos estudantes da instituição.
134 Reconheceu os avanços dos técnicos administrativos e disse que progressivamente
135 estavam tendo ganhos, embora poucos, mas tiveram, principalmente na soma de
136 pontos para licenças, na soma de pontos para participação de bolsas. Disse que
137 como técnicos administrativo, estavam sempre à margem, em desvantagem, no
138 entanto, estavam praticamente se equiparando nesse sentido, podendo concorrer
139 com todos os servidores de igual para igual. O conselheiro Josuan disse que foi

140 incumbido pelo pró-reitor de Extensão Milton Flores de fazer um informe rápido
141 sobre o Identidade, que teve uma atividade intensa da Pró-reitoria de Extensão.
142 Agradeceu imensamente a acolhida da professora Milene no *Campus* Gurupi. Disse
143 que com certeza haviam avançado muito na empreitada de ofertar e
144 oportunizar inovação, pesquisa, extensão e cultura através de diversas atividades.
145 Informou que a Pró-reitoria de Extensão tinha três atividades essenciais dentro do
146 Identidade. Citou que o Identidade estava na sua 8ª edição, e a JICE na 16ª, e que
147 tiveram mais de 424 trabalhos entre pesquisa e extensão, diversas apresentações
148 culturais do IFestival e também o Fórum de Extensionistas, que reuniu todos os
149 coordenadores de extensão, oportunidade em que puderam trabalhar uma
150 atividade de promoção e alinhamento com esses coordenadores. Agradeceu, na
151 pessoa do pró-reitor Milton Flores, ao Instituto Federal pela estrutura dada pela
152 gestão e a oportunidade de levar a extensão com qualidade aos estudantes na
153 região Sul do Estado. Fez quórum com a palavra do conselheiro Francisco Souza,
154 considerando a necessidade de lutarem pelos avanços dos técnicos administrativos
155 dentro da carreira. Apesar da fala do colega Francisco sobre os avanços, disse que
156 precisavam avançar muito mais ainda, que não havia tanta distinção entre os
157 docentes e os técnicos administrativos quando se falava em muitos direitos
158 conquistados. Citou que naquela semana tiveram um encaminhamento do PL,
159 referente ao Reconhecimento de Saberes e Competências técnicas administrativas,
160 mas que o PL encaminhado não agradou à categoria, pois estava transfigurado, em
161 relação à forma que ele foi debatido na Comissão Nacional de Supervisão do
162 MEC. Disse que o PL foi transfigurado pelo MGI e pela Casa Civil. Considerando que o
163 Instituto Federal do Tocantins era pioneiro em ações de defesa dos direitos dos
164 técnicos administrativos, solicitou ao Conselho Superior uma carta de apoio e uma
165 manifestação formal no sentido de apoio à minuta original que foi encaminhada pela
166 CNS e o cumprimento integral do acordo de greve do ano de 2024. Reforçou que
167 tudo isso não era justo, e por isso não era equânime que prevalecesse, e que o
168 Instituto Federal do Tocantins, como entidade que representava muito bem essa
169 equidade entre as suas diferentes segmentações dentro da comunidade acadêmica,
170 tinha não só o dever moral, mas a obrigação de se manifestar em favor dos técnicos
171 administrativos. Nesse sentido, solicitou a urgência da carta de apoio à minuta
172 integral que foi encaminhada à Casa Civil e ao MGI, nos termos do que foi
173 encaminhado pela CNS, porque o PL estava tramitando em urgência na Câmara; por
174 isso, era interessante substituí-lo o quanto antes, pois o caso não era só de interesse
175 dos técnicos administrativos do IFTO, mas dos técnicos administrativos como um
176 todo da rede federal. Pediu a aprovação na reunião para a carta de apoio. A
177 representante do SINASEFE seção Araguatins, Gorete, disse que podia assinar para
178 corroborar tudo o que Cristielle, Francisco e Josuan haviam dito, porque viu os
179 primeiros diretores trabalhando na EAFA, atualmente o Instituto Federal de
180 Araguatins, conheceu a primeira reitora indicada, não eleita, o primeiro reitor eleito,
181 Francisco Nairton, e o querido e atual reitor do IFTO, Antonio da Luz Júnior. Disse
182 que, como aposentada, viu desde o início a formação do próprio instituto e a
183 formação dos *campi*, que atuou ajudando na documentação, pesquisa, porque,
184 como única telefonista da rede federal do Tocantins, apesar de aposentada, ainda
185 ajudava o diretor Cláudio Galvão do *Campus* Araguatins, e inclusive o reitor, pois,
186 por ter muito conhecimento dos colegas, e de tudo o que foi feito na instituição,
187 funcionava como um depósito histórico, agenda telefônica. Concordou com a fala do
188 conselheiro Francisco e reforçou que realmente sempre houve essa questão de
189 tratamento entre professor e técnico administrativo, tendo havido até briga.

190 Informou que o sindicato já havia brigado muito para igualar, afinal, todos
191 trabalhavam juntos, eram colegas, ninguém era melhor que ninguém, todos
192 contribuíam. Destacou a importância de estar ali, mesmo tendo sido chamada de
193 telefonistazinha. Disse que a telefonista, o cara da limpeza, o rapaz lá do *campus* de
194 Araguatins, que cuidava das vacas, do esterco, o professor de inglês, o professor
195 doutor, o PHD, todos faziam parte do grupo que procura melhorar a vida da
196 comunidade atendida pelo *campus*. Parabenizou os conselheiros pelo papel que
197 desenvolviam, pois a criação de cada documento deliberado pelo Conselho não era
198 apenas um esforço, uma dedicação, mas também um carinho, algo de cujo
199 resultado não imaginavam. Por isso, precisavam se unir pra ajudar o Josuan com a
200 carta, ajudar a Ana Rafaella com a questão da comunicação com os egressos, ou
201 seja, unir o conhecimento de cada um, as possibilidades tecnológicas e se juntarem
202 para facilitarem os processos. Quanto às proposições, apesar de não poder votar,
203 informou que estava a par de todas, e parabenizou o PRONERA e o Manual de
204 Auditoria Interna. A conselheira Juliana, quanto à pauta levantada pelo conselheiro
205 Josuan acerca da concessão do RSC TAI, reforçou que era importante pontuar quais
206 eram os pontos da proposta do projeto de lei que mais os preocupavam. Citou a
207 primeira limitação de concessão do RSC, que atenderia a apenas 70% dos técnicos
208 administrativos, a segunda limitação, e que considerava a mais danosa, só seriam
209 consideradas as atividades e pontuações dos últimos cinco anos de atividades, o que
210 contrariava, inclusive, o cerne do benefício, que era reconhecer a experiência que o
211 profissional obteve ao longo da sua vida laboral. Disse que só poderiam recorrer às
212 atividades e pontuações dos últimos cinco anos. Outro ponto crítico considerado por
213 Juliana foi que a proposta se limitaria aos servidores ativos, aposentados
214 e pensionistas, mesmo aqueles que tinham direito à paridade e integralidade, não
215 seriam atingidos pela proposta. Outro ponto crítico, o servidor teria que ficar três
216 anos em um nível de RSC para poder solicitar o nível seguinte, como se fosse uma
217 espécie de pedágio. Destacou que todos esses apontamentos feitos por ela não se
218 aplicavam, por exemplo, de forma análoga ao RSC docente. Eram exigências que
219 estavam sendo colocadas apenas na concessão do RSC TAE. Disse que todos sabiam
220 que o RSC docente, que já era um benefício consolidado há mais de uma década, e
221 que muito auxiliava e muito ajudava os colegas docentes, já não possuía esse nível
222 de exigência. Questionou por que estavam elevando tanto o grau de exigência
223 para a concessão do RSC TAE, reforçou que esse era o ponto que precisavam
224 discutir. Disse que era óbvio sabiam da importância também da conscientização da
225 categoria docente acerca dessa problemática, no sentido de apoiar e de fazer voz
226 para que pudessem ter mais espaço e visibilidade em torno desse pleito. Disse que
227 acreditava que esse assunto retornaria ao CONSUP, no primeiro trimestre,
228 pois trabalhariam provavelmente com a regulamentação interna. Assim, era
229 imprescindível que o Conselho Superior do IFTO mantivesse um nível de
230 compromisso muito alto em relação à concessão desse benefício, que estava
231 previsto para começar dia 1º de abril. O conselheiro Lucas Alves fez uma
232 observação quanto à eleição do ano. Disse que o cronograma foi muito pequeno, e
233 que os estudantes, os candidatos discentes, não tinham um canal para fazer a
234 divulgação, o que dificultou o acesso aos demais estudantes, principalmente de
235 outros *campi*. Apesar do e-mail de divulgação, reforçou que a maioria dos alunos
236 não acessam e-mails, o que ficou comprovado pelo resultado, com muitos votos
237 nulos e abstenção - poucos alunos votaram. Citou que houve *campus* que não
238 contou com nenhum aluno votando. Sugeriu que a comissão eleitoral, gestão ou
239 *campi* encontrassem outra forma de fazer a divulgação, tornando-a mais visível, para

240 que todos os estudantes conseguissem votar e fazer valer suas vozes. Reforçou
241 que via esse déficit no processo. Sugeriu, para as próximas eleições, que o canal de
242 divulgação fosse mais amplo para todos os *campi*. O conselheiro Domingos informou
243 que também era egresso na universidade, e, como levantado pelos colegas Ana
244 Rafaella e Lucas, disse que de repente falta o próprio corpo docente e discente
245 levarem as informações para os egressos, mas que entendia a dificuldade real.
246 Ressaltou que, quando não se sabe algo, é preciso pedir ajuda. E que a questão da
247 tecnologia incomodava muita gente, mas, infelizmente, não havia como retroceder,
248 precisavam de informação e comunicação, para melhorar o regulamento que
249 regulava o processo eleitoral, que com certeza passaria pelo Consup, que teria a
250 oportunidade de fazer sugestões e alterações, o que tornaria o processo das
251 próximas eleições mais atualizado, permitindo maior participação dos discentes e
252 egressos. Como representante dos trabalhadores, Domingos disse que era
253 necessária a atenção dos técnicos administrativos sobre as questões levantadas por
254 Josuan e demais conselheiros, afinal era a carreira deles que estava em discussão.
255 Citou que ocorreu um longo debate em que houve negociações e pactos, e ver um
256 processo desse porte findar em desacordo com aquilo que foi pactuado, era motivo
257 para muita atenção e busca de apoio, pois a luta era justa, e tinham que buscar a
258 melhoria e o cumprimento daquilo que foi acordado e pactuado no processo.
259 Encerrado os informes gerais, o presidente sugeriu que o Conselho deliberasse sobre
260 a proposição do conselheiro Josuan, pela elaboração da carta nos termos por ele
261 apresentados. Na sequência, procedeu-se à deliberação acerca da inclusão do ponto
262 de pauta. A proposta de inclusão foi submetida à votação, tendo sido aprovada por
263 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto dois, a
264 saber: deliberação acerca da aprovação da Ata nº 11/2025/CONSUP/IFTO, de 6 de
265 novembro de 2025 (2966078), referente à 3ª reunião extraordinária do Conselho
266 Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Após
267 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
268 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto três, a
269 saber: deliberação acerca da aprovação do projeto pedagógico do curso superior de
270 bacharelado em Engenharia Agrônoma, acordo/convênio Pronera/INCRA,
271 do *Campus* Araguatins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
272 Tocantins, conforme Processo nº 23233.011368/2024-41. A conselheira
273 Érica agradeceu a oportunidade de fazer parte do Conselho durante o biênio 2024-
274 2025. Disse que foi de grande aprendizado entender a instituição sob outro prisma.
275 Agradeceu também a atenção dispensada pela secretária do Conselho, que sempre a
276 auxiliou em suas dúvidas, assim como agradeceu aos demais conselheiros. Fez
277 algumas considerações sobre o PRONERA. Disse que o PRONERA era uma política
278 pública de efetividade no desenvolvimento do território, principalmente nos
279 assentamentos do Bico Papagaio, pois sabiam que a região do Bico Papagaio estava
280 em destaque, era o primeiro lugar com relação à extensão da área do Brasil em
281 relação aos assentamentos. E que o *Campus* Araguatins ser o executor do projeto
282 era motivo de honra para os servidores do *campus*, era um marco histórico de
283 desenvolvimento da instituição. Citou que o projeto foi construído por
284 muitas mãos, e ressaltou que não foi uma participação simbólica dos movimentos
285 sociais, mas que eles realmente participaram atendendo, de fato, às demandas das
286 comunidades rurais e dos assentamentos. Destacou que o projeto tinha uma
287 coerência tanto acadêmica, quanto técnica, quanto legal, atendendo às diretrizes
288 curriculares nacionais de engenharia agrônoma, atendendo às normativas do
289 PRONERA, a Resolução nº 1 de 2023 do Conselho Nacional de Educação com relação

290 à pedagogia da alternância e também às diretrizes institucionais do IFTO para que
291 realmente tivesse a efetivação do ensino, da pesquisa e da extensão. Citou que o
292 curso foi cuidadosamente estruturado de forma robusta, com 4.240 horas, e
293 estava alinhado às demandas da sociedade para que realmente houvesse um
294 desenvolvimento das comunidades rurais. Reforçou que acreditava que realmente o
295 projeto estava alinhado à missão da rede, que era promover a educação inclusiva,
296 pública, gratuita, de qualidade e que fosse referência no desenvolvimento dos
297 territórios rurais. Parabenizou a todos os componentes que fizeram parte de toda a
298 construção, desde a busca pelo convênio com o INCRA, o desenvolvimento de todas
299 as reuniões, atendimento de todas as reuniões com movimentos sociais e ressaltou
300 a garra da servidora Márcia Amado, que esteve à frente desse projeto tão
301 importante para a instituição. O conselheiro Francisco frisou que o *Campus*
302 Araguatins tentou a implantação do programa por diversas vezes desde 2010 para o
303 nível técnico, e por dificuldades de execução financeira era sempre barrado. Mas
304 através do fomento da FAPT, tornou-se uma realidade para o Instituto e para o
305 *Campus* Araguatins, no formato que a professora Erika já havia mencionado. Disse
306 que acreditava no sucesso do projeto e no quanto seria importante para o
307 desenvolvimento regional. O conselheiro Josuan parabenizou a fala dos colegas, pois
308 resumiram bem a importância do projeto. Disse que o PPC era mais do que um
309 curso, era um projeto em nível nacional, e parabenizou também os servidores que
310 estiveram à frente dessa atividade, dessa busca, pois sabia que ela não era fácil, mas
311 sim robusta. Cumprimentou a colega Márcia Amado, técnica administrativa, que,
312 com o apoio da gestão e o auxílio do professor Galvão, lutou para que essa nova
313 possibilidade fosse viável na região do Bico do Papagaio. Informou que participou de
314 algumas reuniões com a Marcia Amado para franquear o projeto, e que naquele
315 momento era necessária uma análise do PPC que de fato consubstanciasse a atitude
316 administrativa de buscar o projeto, a ação, que se tornou um projeto robusto e,
317 tecnicamente, pedagogicamente, bem posto. Disse que não se baseou só nas
318 participações nas reuniões que teve com a equipe, pois a Pró-reitoria de Extensão e
319 a Diretoria de Relações Institucionais deram apoio na análise do processo. Destacou
320 mais uma vez que o PPC era robusto, um processo que tinha por volta de 889
321 páginas, com diretrizes pedagógicas bem estruturadas, e que só o PPC tinha 229
322 páginas. Como a colega Érica bem pontuou, Josuan concordou que projeto
323 buscava inserção social relevante, alinhado com diretrizes da reforma agrária e
324 agricultura familiar. Essa era a proposta do Pronera, e isso trazia consigo uma
325 importância muito grande para o projeto dentro do Instituto Federal Tocantins.
326 Conforme falado pela conselheira Érica, Josuan reforçou que o projeto teve
327 engajamento muito forte dos movimentos sociais em sua feitura. Conforme dito por
328 Francisco, Josuan concordou que era uma articulação com parcerias, com o INCRA e
329 a FAPTO. Destacou que o curso era pautado na metodologia da alternância, uma
330 articulação mais fiel do tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão e que era
331 a primeira proposta com essa metodologia dentro do Instituto, e que o projeto
332 deveria ser bastante comemorado e aplaudido. Disse que a metodologia citada
333 intercalaria Tempo de Universidade, TU, 50% do tempo, e Tempo de Comunidade. O
334 aluno aprenderia a parte teórica dentro da instituição, da universidade, e trabalharia
335 a parte prática, extensão e pesquisa na comunidade. Disse que era uma forma de
336 desenvolvimento regional e articulação para produtores rurais da região. Informou
337 que prevê 50 educandos envolvidos dentro do *Campus* Araguatins em cinco anos,
338 em dez semestres. Mencionou que, quando foi fazer essa análise, algo que chamou
339 muito a sua atenção foi perceber que, no período que estariam no TU, eram alunos

340 alojados. Daí surgiu uma preocupação muito grande com a questão de assistência ao
341 estudante; disse que já havia analisado muitos PPCs e em poucos tinha visto uma
342 integração tão bem estruturada como no item 3.3 com a preocupação em relação
343 a retenção e evasão. Informou que houve um link com o Plano de
344 Emergência, Permanência e Êxito da Covid, que foi feito por Araguatins, e que
345 oportunizou que os estudantes permanecessem numa realidade totalmente diversa.
346 Parabenizou e atestou que o projeto era muito bem estruturado e muito bem
347 apresentado ao Conselho. A conselheira Cristielli também parabenizou a todos os
348 envolvidos no projeto. Disse que acreditava que o projeto realmente fortaleceria a
349 comunidade rural do Bico Papagaio, mas, ao longo da leitura, lhe surgiram algumas
350 dúvidas, por isso questionou se o projeto, por ser idealizado para o Bico Papagaio,
351 também seria aberto ao acesso de outros estudantes, com realidade semelhante,
352 residentes em outras regiões do Estado ou em outros estados. E, em caso positivo,
353 como seria esse ingresso. O diretor Daniel Marra explicou que a princípio o projeto
354 atenderia apenas a comunidade da demanda, que era a de Araguatins. Informou
355 que havia outras regiões do Tocantins que estavam fazendo processos semelhantes,
356 como Colinas e Porto Nacional, e que a demanda surgia de uma determinada
357 comunidade e, portanto, a destinação das vagas seria para a comunidade que fez a
358 demanda, no caso, especificamente para a região de Araguatins. Disse que esse era
359 o processo que estava mais adiantado, já em fase de assinaturas, portanto, era por
360 isso, inclusive, que o processo estava no Conselho. Explicou que, depois do processo
361 aprovado pelo Conselho, tinham dois meses para fazer o cadastro no MEC, e
362 os períodos do curso para as avaliações do INEP começariam a acontecer a partir
363 daquele momento; ou seja, estavam em fase de finalização para início da oferta em
364 2026.1. Informou que as outras comunidades que, porventura, tivessem interesse
365 de fazer o curso, teriam que aguardar os processos que estavam em andamento
366 para a região de Porto Nacional e de Colinas, pois o processo era específico para a
367 região de Araguatins, com entradas somente para aquela comunidade. Cristielli
368 questionou se o processo de seleção de lançamento de um futuro
369 edital também ocorrerá de forma isolada. Daniel respondeu que sim, era restrito,
370 específico para aquele curso, 50 vagas para aquela comunidade. Após apresentação,
371 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
372 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto quatro, a saber: deliberação acerca
373 da aprovação do Manual de Atividades de Auditoria Interna do Instituto Federal de
374 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo
375 nº 23235.005131/2025-91. O conselheiro Josuan parabenizou o trabalho de Rosana
376 Sara Brito, auditora-chefe do Instituto Federal Tocantins. Disse que sabia do seu
377 compromisso e do trabalho com afinco na busca da conformidade e na integridade
378 do Instituto ao longo de todos os 14 anos que estava no IFTO, e destacou
379 que Rosana é uma colega de exemplar, de postura e compromisso com o Instituto
380 Federal Tocantins. Parabenizou-a pela qualidade técnica do material. Disse que o
381 manual estava bem fundamentado, e reforçava o controle interno, a transparência e
382 a integridade institucional, e alinhado às normas da Controladoria-Geral da União -
383 CGU, em especial ao Decreto nº 3591 de 2000 e aos padrões internacionais da
384 auditoria interna. Destacou a aderência aos princípios que norteavam a auditoria
385 dentro do Instituto Federal Tocantins, que era a independência e a objetividade,
386 essenciais para se manter a execução dos trabalhos e a autonomia de maneira a
387 evitar qualquer pressão político-administrativa no Instituto. Reforçou que o manual
388 vinha de forma bem técnica e bem apresentada na pauta do Conselho. Disse que a
389 Auditoria se mantinha no CONSUP como instância relacionada à institucional, o que

390 reforçava a sua independência. Destacou, com relação a essa ligação, que o
391 monitoramento das atividades da Auditoria seria facilmente verificado com os
392 relatórios anuais do PAINT e RAIN, apresentados ao Conselho pela Auditoria.
393 Como técnico administrativo, Josuan disse que não poderia deixar passar a última
394 oportunidade de fazer um clamor com relação ao manual. Explicou que, embora o
395 manual fosse voltado ao trabalho da AUDIN, percebia-se dentro do manual a adoção
396 de auditorias mais intensas, que importavam rotinas, principalmente aos técnicos
397 administrativos, em especial aos setores administrativos, financeiros e de contratos.
398 Citou que havia previsão no manual de acompanhamento e monitoramento
399 contínuo de recomendações, o que, por consequência, trazia mais carga documental
400 e de compliance aos *campi* e, por consequência, aos técnicos administrativos. Disse
401 serem altamente recomendadas, do seu ponto de vista, ações de capacitação
402 contínua para os envolvidos na execução das recomendações e processos da AUDIN,
403 a fim de evitar responsabilizações indevidas ou sobrecarga a esses técnicos
404 administrativos. Sugeriu a inclusão o item 6.6 no Manual, de forma a tratar da
405 capacitação dos servidores envolvidos no processo de auditoria. Disse que os
406 auditores qualificados e bem treinados era sinônimo de total aderência aos
407 melhores preceitos da CGU. Disse que o servidor técnico-administrativo que
408 responderia a uma demanda, precisaria estar bem orientado também com relação a
409 essas ações. Não acreditava que sua sugestão oneraria a atividade, e que era uma
410 proposta para que a atividade não fosse exclusiva da auditoria. Disse que
411 já havia inclusive uma proposta de texto, que, se permitissem, gostaria que fosse
412 inserido no capítulo que tratava da capacitação dos servidores envolvidos no
413 processo da auditoria. Josuan leu o texto que havia elaborado: "considerando que as
414 atividades da auditoria interna geram impacto direto nas rotinas administrativas e
415 operacionais do Instituto, a AUDIN deve promover ações de capacitação,
416 comunicação e orientação voltadas aos servidores da unidade auditada,
417 especialmente aos técnicos administrativos envolvidos nos processos de
418 planejamento, execução e prestação de contas dos atos de gestão. Essas ações
419 deverão contemplar, entre outros processos, esclarecimento sobre
420 responsabilidades funcionais, procedimento de atendimento à demanda da
421 auditoria, procedimentos relacionados à monitoração das recomendações emitidas
422 pela AUDIN, disseminação de boas práticas e governança, gestão de riscos,
423 conformidade administrativa, prevenção de sobrecarga de trabalho e
424 responsabilização indevida dos servidores. As iniciativas previstas nesse subitem
425 poderão ser executadas em articulação com as áreas de gestão de pessoas,
426 governança e planejamento institucional, observadas disponibilidade de recursos e
427 prioridades definidas no Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e no Plano de
428 Desenvolvimento de Competência PDC do IFTO". A auditora Rosana explicou por que
429 a auditoria interna não poderia participar de ações de gestão e capacitação, pois
430 isso poderia configurar uma ação de gestão da Auditoria Interna. Disse que não era
431 responsabilidade da auditoria interna fazer capacitações além das obrigatórias pela
432 legislação - 40 horas anuais para capacitação para cada auditor - que inclusive
433 vinham descritas no PAINT, assim como os possíveis programas de capacitação.
434 Quanto à auditoria interna ser responsável por executar capacitações dos
435 servidores técnicos, Rosana informou que desta forma estariam entrando na área da
436 gestão e que não podiam fazer isso, porque era vedado pelo regimento interno,
437 pelas leis, e pelo decreto que regulamentava a atividade da auditoria interna. Josuan
438 disse ter compreendido a explicação da Rosana, no entanto, disse que considerava
439 ser necessária, por exemplo, uma atividade dentro da possibilidade de capacitação,

440 mesmo que ela não fosse de competência do auditor, mas fomentada pela auditoria
441 interna. Disse que a necessidade da capacitação e do fomento contínuo de
442 capacitação era uma forma qualitativa de melhorar a resposta da atividade de
443 auditoria, e com isso o próprio usuário ganhava em qualidade de resposta das
444 demandas. Explicou que a ideia não era a atuação de forma inerente na atividade
445 do servidor, mas sim de forma preventiva em sua orientação. Disse que ia fazer o
446 papel de advogado dos colegas técnicos administrativos, pois sua sugestão não
447 era de a aumentar a responsabilidade ou dar uma atividade de gestão para a
448 Auditoria, mas sim dar segurança aos técnicos administrativos para que tivessem
449 noção da atividade, e não só da sua cobrança. Reforçou que era algo essencial,
450 principalmente porque não era todo colega que tinha a oportunidade de se
451 capacitar externamente; ou seja, se a instituição tivesse essa preocupação em seus
452 regulamentos, seria algo que daria segurança para os servidores e agregaria muito
453 no trabalho interno da Auditoria. Rosana disse que teria que ser colocado no manual
454 como uma competência da instituição, e não da Auditoria Interna. Outra
455 observação feita por ela foi que contavam com um manual de qualidade, o
456 programa de gestão e qualidade da Unidade de Auditoria Interna. Informou que, ao
457 fazer a auditoria, antes de entregar o relatório preliminar de auditoria, faziam uma
458 reunião com os gestores que participaram da auditoria para alinhar pontos sobre as
459 recomendações, sobre a qualidade das recomendações e sobre a unidade auditada.
460 Disse que começaram a implantar as ações do manual em 2025, na primeira
461 auditoria que fizeram, pois havia sido aprovado no ano anterior. Disse que, ao final
462 da auditoria tinha um relatório final com todas as observações da reunião, e que
463 ao final da auditoria interna era encaminhado um questionário para a unidade
464 auditada e para a autoridade máxima da instituição, o reitor, responder sobre a
465 atuação da auditoria interna, um questionário pequeno com algumas perguntas
466 sobre a qualidade da auditoria interna: se pontuou pontos importantes para a
467 gestão, se a unidade auditada recebeu todas as informações necessárias para
468 responder às demandas solicitadas pela Unidade de Auditoria Interna entre
469 outras. Disse que o programa de gestão de melhoria de qualidade da Unidade de
470 Auditoria Interna supria a necessidade de capacitação, porque faziam esse
471 alinhamento com as unidades auditadas na hora da execução da atividade de
472 auditoria. Disse que o manual de gestão de melhoria de qualidade da unidade de
473 auditoria interna que estava publicado supria a parte de informação das atividades
474 da auditoria interna para as unidades auditadas, e que a Unidade de Auditoria
475 Interna não era responsável por implantar capacitações para os técnicos. Josuan
476 disse que poderia modular sua proposta e, onde constava AUDIN, substituir pela
477 gestão por exemplo. Continuou insistindo na importância da sua proposta,
478 principalmente na área de auditoria, pois havia entre os técnicos preocupações
479 acerca de algumas responsabilizações. Citou que os técnicos administrativos
480 tinham dificuldade, por exemplo, para suprir alguns postos de fiscalização de
481 contratos. Josuan solicitou a retificação da sua proposta, de modo que, onde
482 constasse AUDIN, propôs a inscrição da atribuição à gestão. Rosana perguntou a
483 Josuan o que ele achava de tal proposta ser inserida em outro documento, como no
484 Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna, ou então no Regulamento do
485 IFTO, e não no Manual de Atividade de Auditoria Interna, pois o manual já estava
486 documentado com todas as atividades da Auditoria Interna, como por exemplo
487 notas técnicas, o que era parecer, o que era um relatório preliminar, o que era um
488 relatório final, enfim, todas as atividades da AUDIN tinham sido descritas
489 minuciosamente no manual, as quais poderiam ser lidas por todo servidor em caso

490 de dúvida. Citou também o Manual de Normas e orientações Técnicas da CGU, que a
491 própria AUDIN utilizava, e estava referenciado e trazia uma descrição detalhada das
492 atividades de auditoria interna, tanto da auditoria interna governamental dos órgãos
493 federais, como da CGU, além de ser um documento que pode ser utilizado também
494 para a orientação às unidades e setores. Reforçou que não concordava com a
495 inserção da atribuição no Manual da Unidade de Auditoria Interna, visto que o
496 manual interno tratava das atividades da auditoria interna. A conselheira Juliana fez
497 a observação de que existia no IFTO o Regulamento da Política Nacional de
498 Desenvolvimento de Pessoal, documento que versava sobre capacitação nas diversas
499 formas de articulação, eventos de curta duração, e disse que a solicitação do
500 conselheiro Josuan era mais adequada para o regulamento da Política de
501 Desenvolvimento de Pessoal do IFTO. Rosana concordou com a observação de
502 Juliana. Disse que entendia a preocupação do Josuan, mas que a sua preocupação
503 era com o fato de o documento ser interno à AUDIN. Josuan disse que a atividade
504 era muito sensível, e que os colegas receberiam a solicitação de recomendação,
505 mas, apesar da qualidade do manual, muitos colegas nunca tiveram contato com
506 esse tipo de ação. Disse que, independente de poder colocar sua sugestão em
507 outros documentos, considerava importante para o manual. Disse que isso seria
508 importante para os servidores técnico-administrativos, principalmente, mas não só
509 para eles; ressaltou que os docentes também faziam parte de gestão, e
510 ganhariam segurança a mais na atividade, tendo respaldo da gestão. Assim, ao
511 assumirem a incumbência e a responsabilidade, estariam capacitados e treinados
512 para tanto. Lembrou que muitos colegas não tinham linguagem jurídica e técnica,
513 e as capacitações fomentariam respostas mais qualitativas para a área de auditoria.
514 Manteve sua proposição com a retificação de que fosse incumbência da gestão
515 dentro do manual, e não da Auditoria Interna. Rosana citou outra situação que
516 deveria ser pontuada. Informou que as recomendações eram feitas em cima do
517 trabalho do servidor, neste caso a capacitação deveria ser direcionada àquilo que o
518 servidor executaria, e não a resposta das recomendações da Unidade de Auditoria
519 Interna. Ressaltou que a capacitação deveria ser promovida na execução do
520 trabalho, das tarefas, porque faziam auditoria em processos. Frisou que as
521 recomendações estariam sempre relacionadas ao processo de execução de
522 determinada área, de determinada unidade, por isso a capacitação tinha que ser
523 direcionada à execução do processo, e não à resposta da Unidade de Auditoria
524 Interna. Reforçou que a capacitação deveria ser voltada para a execução dos
525 processos de tarefas de cada servidor, de cada setor, porque, se o servidor
526 estiver bem alinhado com a execução de suas tarefas diárias, do cotidiano,
527 ele responderá corretamente às demandas da Unidade de Auditoria Interna, porque
528 a resposta tinha que estar alinhada com os controles internos na execução do
529 processo. Agradeceu ao Josuan pelos elogios. A conselheira Juliana disse que, após a
530 explicação da Rosana, pessoalmente para ela havia ficado bem claro que concordava
531 que não era atribuição da Auditoria Interna, até porque o processo de auditoria
532 ocorre após a parte processual; e sendo atividade de gestão, não caberia fazer uma
533 inserção dessa no documento que dispunha sobre o manual de atividades da
534 Auditoria. A conselheira Milene pontuou também a observação de que concordava
com Rosana. Disse ter entendido e compreendido muito o que a Rosana falou e que
realmente acreditava que era o PDP que tinha que abarcar a questão; na verdade a
capacitação dos servidores é que tinha que abarcar essas questões, até porque o
manual não daria conta, tendo em vista as muitas auditorias a serem feitas. Disse
que se pontuassem cada uma das capacitações que precisariam ser feitas para os

servidores, não conseguiriam vencer o documento ali, era necessário elaborar um documento enxuto e muito objetivo para aquela atividade específica. E sugeriu o registro da necessidade de capacitação específica para esse tema, mas que levassem para o documento que era destinado a isso, e não para o documento em pauta. O conselheiro Josuan, mesmo ante as posições contrárias, manteve a sua proposição, mesmo que ela fosse vencida, para que ela ficasse registrada em ato de qualquer coisa. Defendeu de novo que ela passasse, porque era uma questão de segurança para os técnicos administrativos, porque todo documento que trazia incumbência deixava os colegas preocupados por não terem nenhuma proteção de segunda ou de terceira ordem. Informou que não fazia nenhuma objeção de sua proposição ser incluída em documentos de capacitação específicos, mas entende como eram os setores de assessoria, e considerando a rotina dos colegas no setor administrativo, a atividade, principalmente da auditoria, da ouvidoria, da corregedoria e da procuradoria, era alheia ao conhecimento de muitos colegas. Assim, considerava interessante manter a proposição. Disse que sabia que a defesa da probidade que a Rosana mencionou era essencial, claro que cada um tinha que saber fazer a sua atividade e desempenhá-la da melhor forma possível. Mas o que acontecia muito na rotina era que a atividades-meio trazia sobrecarga e tinham que executá-la de forma mais eficiente para que conseguisse de fato executar as atividades finalísticas. Segundo Josuan, algumas recomendações da auditoria tinham a atividade da diligência para que fossem implementados planos de ações. Se o colega não tivesse a informação ou a capacitação do que era o plano de ação, provavelmente não responderia a contento e, se respondesse, não seria com a qualidade esperada para os melhores índices de auditoria que o manual tanto pressupunha. No entanto, acreditava que atingiria esse objetivo com a capacitação daquele público-alvo. Nesse sentido, manteve sua proposta com a alteração de que a competência fosse da gestão, e não da auditoria. O presidente solicitou ao conselheiro que apresentasse a sua proposição de forma objetiva para colocar em deliberação no Conselho. Josuan apresentou a proposta de que no item 6 de capacitação do relatório do manual de auditoria, fosse incluído um item 6.6 de capacitação de servidores envolvidos nos processos de auditoria. Nos seguintes termos, "considerando que as atividades de auditoria interna geram impactos diretos na rotina administrativa e operacional do Instituto, a gestão deverá promover a ação de capacitação, comunicação e orientação voltadas aos servidores e unidades auditadas, especialmente aos técnicos administrativos envolvidos no processo de planejamento, execução e prestação de contas e atos de gestão. Essas ações deverão contemplar, entre outros aspectos, esclarecimentos sobre responsabilidades funcionais e procedimentos de atendimento às demandas de auditoria, procedimento relacionado ao monitoramento e implementação das recomendações emitidas pela AUDIN, disseminação de boas práticas de governança, gestão de risco e conformidade administrativa, pré-carga de trabalho e de responsabilização devida de servidores. As iniciativas previstas neste subitem poderão ser executadas em articulação das áreas de gestão de pessoas, governança e planejamento institucional." Na sequência, procedeu-se à votação para alteração do texto conforme proposta do conselheiros Josuan (2 votos favoráveis), depois para manutenção do texto original (10 votos favoráveis), e 3 abstenções, tendo sido o texto original mantido. Na sequência, procedeu-se à deliberação da aprovação do Manual de Atividades de Auditoria Interna. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado pela maioria do Conselho. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto quatro, a saber: deliberação acerca

do Regimento Interno da Ouvidoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23235.017394/2025-43. O conselheiro Josuan disse que o regulamento trazia a previsão das atividades da ouvidoria. Era na verdade uma implementação, considerando que já existia um regulamento que estava sendo adequado às novas normas e ações de boas práticas da ouvidoria. Destacou que o regulamento ou a alteração dele passou pela análise da Procuradoria com apenas dois pontos de formalidade de recomendação, atendidos pela comissão, quais sejam a revogação expressa do regulamento anterior e um termo que existia no artigo 37, que falava em Advocacia-Geral da União, e foi alterado para a Procuradoria Federal do Tocantins, considerando que era a Procuradoria tecnicamente o nome especializado que havia no âmbito do Instituto Federal Tocantins. Reforçou que as recomendações eram totalmente *pro forma* e não agregaram praticamente nada no trabalho da comissão, no sentido de que não havia nenhuma recomendação técnica no texto, o que caracterizava o bom trabalho que foi conduzido pela Comissão. Disse que a revisão do regulamento procurou atender às recomendações da CGU e aprimorar as governanças dentro do IFTO. O regulamento atual estava, portanto, adequado à Lei 13.460 de 2017, ao Decreto nº 9.492, de 2018, e à Portaria CGU 116, de 2024 (documento mais recente, que acabou justificando a alteração do documento vigente), além de modernizar os fluxos e conformidade do IFTO com o SISOV. Entretanto, como representante dos TAES, a justificativa era a mesma do ponto anterior. Josuan destacou que o texto previa prazos curtos para resposta a demandas, responsabilização funcional por descumprimento, a exemplo do artigo 15, parágrafo 4º, bem como supervisão de conformidade de dados pessoais, artigo 32. Disse que, ao trazer responsabilidades ou ônus, era interessante que o servidor também tivesse bônus. Essa era a magia de ter paridade dentro do Conselho, era a necessidade de defender alguns interesses classistas. E nesse sentido, defendia principalmente o interesse dos técnicos administrativos em educação, mas não deixando de ser também interesse do professor EBTT e do aluno, que também eram usuários da Ouvidoria. Disse que era necessário prever dispositivos determinando o apoio à capacitação institucional aos setores responsáveis, especialmente ao estar diretamente envolvido nas respostas de Ouvidoria. Nesse sentido, fez a proposta de emenda ao capítulo 4, no artigo 8º, que reforçava o comprometimento qualitativo com a transparência e a publicidade dos princípios caros aos usuários que faziam utilização da Ouvidoria. Era uma proposição que favoreceria a qualidade do serviço da Ouvidoria, no sentido de que os colegas teriam um dispositivo ativo de capacitação. Não que a Ouvidoria não o fizesse. A Ouvidoria o fazia, como citado por ele em alguns outros exemplos. Disse que o ideal do regulamento era isso, era pacificar atividades que eram estatais e não governamentais. Sugeriu a inclusão no artigo 8º do inciso V, ações de capacitação direcional dos servidores das unidades responsáveis pela instrução e respostas e manifestações, a fim de promover o cumprimento adequado dos passos, padronização das informações e prevenção da sobrecarga e responsabilização indevida. A ouvidora Ustana informou que o item solicitado estava incluso no que utilizavam como termo de ouvidoria ativa, pois se subentendia que essa parte de capacitação dos servidores, as temáticas que envolviam a ouvidoria, estavam inclusas dentro das atividades de ouvidoria ativa. O conselheiro Josuan disse que a fala da ouvidora colaborava com a possibilidade de agregar sua sugestão ao regulamento, pois, se havia uma atividade subentendida, se ela ficasse expressa no texto era uma forma de dar segurança jurídica àquela atividade. Disse que corroborava com a finalidade da necessidade da capacitação contínua e adequada

aos servidores. Ustana lembrou que todo ano elaboravam um plano de ação com as atividades, e, nesse documento em si, eram descritos detalhadamente todas as ações de capacitação da ouvidoria para aquele ano. Lembrou também que geralmente mudavam os planos, conforme as temáticas que entravam na agenda do governo federal, pois seguiam as atribuições da CGU, e que elas mudavam durante todo o percurso. Citou que, a partir de 2023, utilizaram mais as temáticas dentro da agenda federal, e que essas ações estavam dentro do plano de capacitação, dentro das ações de ouvidoria ativa. O conselheiro Domingos disse que servidor capacitado, qualificado, servidor valorizado, prestava melhor serviço à sociedade. Perguntou se pela segurança jurídica, muito bem colocada pelo Josuan, qual era o problema de colocar expresso no regulamento a possibilidade de capacitação no texto do documento. Disse que sabia do compromisso do Instituto com a qualificação e com a capacitação dos servidores, mas colocar no texto era o mais adequado para garantir a qualificação, a capacitação do trabalhador. A ouvidora Ustana respondeu que para a ouvidoria não havia problema algum, mas que a intenção foi fazer um texto mais sucinto, mais robusto, e porque já havia um termo que considerava que incluía essa questão das capacitações. Disse que por ela o termo em si não alterava em nada as atividades da ouvidoria. No entanto, concordou que também entrava no cerne da questão anterior, que era responsabilidade de atividades de gestão, que envolviam a questão da governança dentro do programa de desenvolvimento de pessoal. Josuan disse que a inclusão era justificativa para robustecer ações de capacitação e o próprio plano de capacitação anual, e não prejudicava em nada a sua inserção; pelo contrário, ainda colaboraria dando maior efetividade à possibilidade das capacitações. Foi destacado o artigo 8º do Regimento Interno da Ouvidoria: "A Unidade de Ouvidoria elaborará, anualmente, plano de capacitação integrado ao Plano de Desenvolvimento de Pessoal (PDP) do IFTO". Josuan defendeu que, necessariamente, o que estava falando era que no plano anual da ouvidoria também constaria capacitação voltada para a pessoa que recebia a demanda de responder o usuário, e neste caso era interessante que também houvesse capacitação para o servidor instado a responder. Fez menção ao artigo 32, que falava da conformidade das respostas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Explicou que a ideia da capacitação, principalmente voltada para os técnicos administrativos, não era para ensiná-los a trabalhar na atividade em que desempenhavam, mas era principalmente pensando na importância de dar o apoio necessário para o técnico administrativo. Citou que sua proposta se transformaria no inciso V do artigo 8º. Ustana justificou que o próprio conteúdo do artigo 8º dava o entendimento de que as capacitações seriam também inclusas, como parte do plano de desenvolvimento de pessoal. Mas não havia nenhum problema deixar mais claro e acrescentar mais um inciso. O diretor de Gestão de Pessoas pediu licença para falar sobre o plano de desenvolvimento de pessoas - PDP do FTO. Explicou que o PDP era construído por meio das demandas apresentadas pelos servidores e das chefias imediatas. Aproveitou as falas de Rosana e Ustana em relação à necessidade da capacitação ser realizada por setores, e expôs seu entendimento de que os gestores poderiam propor aos servidores, de acordo com as suas atividades, a realização da capacitação, pois imaginava que tanto a Auditoria como a Ouvidoria estariam disponíveis caso a demanda fosse apresentada pelos servidores e pelos seus respectivos chefes e estariam obviamente disponíveis para irem diretamente às unidades fazer a capacitação, não necessariamente sendo obrigatório constar no regulamento que tratava sobre demandas específicas. Fazer um movimento inverso que já fazia parte do PDP. Disse que os servidores apresentam suas demandas, suas

necessidades de capacitação. As chefias imediatas, sabendo da implementação desses manuais, desses regulamentos, colocariam isso como pauta e prioridade. Ustana exemplificou citando que, dentro do plano de ação anual da Ouvidoria, que foi enviado com a Corregedoria, há a solicitação da indicação pelas unidades do IFTO de temáticas que envolvam os conhecimentos e atribuições da Ouvidoria e da Corregedoria. As unidades indicaram quais são as temáticas mais necessárias de acordo com sua realidade, e a partir disso a Ouvidoria e a Corregedoria traçaram quais eram as capacitações a serem ofertadas nos *campi* visitados (*campi* Colinas, Palmas, Formoso e Gurupi); ou seja, já faziam isso dentro das questões da ouvidoria ativa. O conselheiro Saulo disse que entendia muito bem o que o Josuan colocou, tanto na fala anterior como na atual, da importância das capacitações pontuais. Disse que quem estava à frente da Diretoria de Ensino Básico, muitas vezes, recebia algumas demandas de ouvidoria de que realmente não fazia ideia de como respondê-las, reforçou que esse tipo de demanda chegava principalmente para as funções de gestão. No entanto, entendia que não eram naqueles dois documentos específicos que a questão deveria ser tratada, porque tanto a Ouvidoria como a Auditoria precisavam ser provocadas pelo gestor para subsidiar as capacitações. Sugeriu que a Auditoria fizesse o mesmo procedimento de orientações dentro do seu plano, conforme a Ouvidoria. Questionou por que não fomentavam as capacitações internas em cada setor. Sugeriu convidar os setores que muitas vezes demandavam essas atividades como Auditoria e Ouvidoria para que pudessem subsidiá-los de informações. Lembrou que sempre quando havia uma atividade de auditoria, a Auditoria estava presente fornecendo toda orientação para o setor que seria auditado naquele momento. Concordou que deveria haver capacitação e o serviço melhorado em si, porque o que seria auditado era o serviço pelo qual o servidor era responsável, o que tornava necessária a capacitação e a melhoria quanto ao serviço desenvolvido. Reforçou que, se já havia uma formação, não custava nada o gestor da pasta solicitar a participação dos setores desse ponto. Concordou com Josuan sobre o objetivo das formações, só que não acreditava que fosse nesses documentos específicos, porque tratava de documentos internos de cada setor. O conselheiro Josuan pontuou que, na verdade, havia uma distinção entre o documento anterior e o em deliberação. Informou que o documento anterior era um manual prático de questão interna, e o atual era o regimento de todas as atividades da Ouvidoria. Disse que no documento anterior a capacitação era propositiva, eram as atividades que iam ser feitas na auditoria. No caso do regimento era um pouco diferente, a proposição era para que o plano de desenvolvimento pessoal fosse direcionado nesse sentido. Os gestores tinham que ter preocupação em capacitar o servidor também para atividade-meio. Então, a disposição no regulamento era diferente da auditoria, porque havia uma defesa de que ela não poderia se envolver na área de gestão, e não era o caso da Ouvidoria, que seria apenas para orientar o plano de desenvolvimento pessoal. Disse que não via embaraço na inclusão e achava o documento adequado por ele orientar o PDP do IFTO como um todo. Defendeu que o regimento era o documento adequado e que toda e qualquer ação de defesa em prol de atividades que pudessem sobrecarregar o servidor na área-meio era importante para o servidor; por isso sua defesa incisiva e o posicionamento para que se mantivesse o texto do seu ponto de vista. O presidente solicitou ao conselheiro Josuan que apresentasse sua proposta de forma objetiva para que os conselheiros pudessem deliberar. Josuan apresentou sua proposta de que no regulamento da Ouvidoria fosse acrescentado um item por inciso ou por parágrafo único no artigo 8º do Regimento da Ouvidoria, que trate das

ações de capacitação direcionadas aos servidores das unidades responsáveis pela instrução e respostas às manifestações, a fim de promover o cumprimento adequado dos prós, a padronização de informações e a prevenção de sobrecarga e responsabilização indevida. Na sequência, procedeu-se à votação da proposta de Josuan ou a manutenção do texto original. A manutenção do texto original foi aprovada pela maioria. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto quatro, a saber: deliberação acerca do Regimento Interno da Ouvidoria. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por 11 votos favoráveis e 4 abstenção. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto cinco, a saber: Homologação do resultado final do processo eleitoral para a escolha dos representantes do Conselho Superior do Instituto Federal do Tocantins, biênio 2026–2027, conforme Processo nº 23235.021892/2025-91. O presidente da Comissão Eleitoral Central, Jefferson, informou que os trabalhos ocorreram bem. Agradeceu às comissões locais pela colaboração durante o processo de execução. Fez uma ressalva de que a comissão executava o que estava no regulamento aprovado pelo Consup, tendo em vista também a sua capacidade operacional e o tempo de execução do trabalho. Informou também que o processo foi deflagrado dia 23 de outubro, e no dia 4 de dezembro o resultado já estava pronto para o Conselho fazer a homologação. Disse que foi o cronograma mais curto, mas que deu tudo certo. Em relação aos apontamentos de Ana Rafaela, informou que a dinâmica era a que estava posta no regulamento. Chamamento público, automatização disso através de um formulário disponibilizado para os egressos. Reconheceu que era um desafio trazer atores que já não faziam parte da comunidade, para participar do processo eleitoral. Citou que não houve nenhuma falha em relação à participação deles no dia da eleição. Informou que a dinâmica se dava através da disponibilização de um link, por meio do Google Forms; esse era o chamamento público. Eles inseriam algumas informações, como o e-mail, o nome, curso concluído e a unidade. Essas informações eram levadas para as CORES, que confirmava se era ingresso ou não, e depois retornava para a Comissão fazer a lista de leitores. Nessa dinâmica, Jefferson disse que essas informações eram muito importantes, pois eram as repassadas inicialmente no ato de cadastro. Depois eram levadas para as urnas. Em relação ao dia, disse que não houve nenhum relato de falha no envio do link ao e-mail cadastrado, que tiveram sete questões durante o dia, três candidatos falaram que não receberam, mas era um procedimento muito simples, só foi preciso reenviar; outros quatro candidatos falaram que não receberam, mas o próprio e-mail que eles enviaram não era o e-mail de cadastro. Disse que às vezes o candidato no ato de cadastro inseria um e-mail que não usava no cotidiano. Não invalidou a fala da conselheira Ana Rafaela, até porque era necessário, de fato, uma reflexão para aprimorar as ferramentas, para que todos possam participar. Da mesma forma, sublinhou o apontamento do candidato Lucas em relação aos discentes. Frisou que o número de alunos era muito alto e, obviamente, durante um mês de processo eleitoral do Consup, você não vai fazer toda a área acadêmica participar do processo; afinal, são mais de 13 mil alunos. Jefferson se comprometeu a disponibilizar à comissão eleitoral e ao CONSUP os relatórios e aprendizados sobre o processo eleitoral de 2025, incluindo dificuldades de cadastro e apuração, para subsidiar aprimoramentos regulatórios, e apoiar a sugestão de melhorias ao regulamento do CONSUP. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Jefferson também se comprometeu a inserir no PDP e no planejamento de capacitação ações direcionadas às necessidades identificadas pela Auditoria e Ouvidoria, conforme

demanda das unidades (prazo: inclusão na próxima elaboração anual do PDP). O conselheiro Josuan ficou responsável por redigir a minuta inicial da carta de apoio ao PL do RSC (prazo: até 7 dias) e coordenar com os demais designados (Ana Rafaela, Francisco César e Gorete) a consolidação e envio da carta ao grupo do CONSUP para apreciação (prazo: até 7 dias). A conselheira Ana Rafaela se prontificou a colaborar na redação da carta de apoio ao PL do RSC (prazo: até 7 dias), e acompanhar e validar a versão final compartilhada no grupo do CONSUP. Francisco também se prontificou a contribuir para a elaboração da carta de apoio ao PL do RSC, revisando e sugerindo ajustes técnicos e formais (prazo: até 7 dias), e apoiar a divulgação institucional da carta após aprovação. Gorete também se prontificou a apoiar a redação da carta de apoio ao PL do RSC com enfoque nas experiências dos aposentados e comunicação com a base (prazo: até 7 dias), além de auxiliar na articulação com outras seções do SINASEFE se necessário. A conselheira Márcia Amado prontificou-se a apoiar estratégias de engajamento e comunicação com egressos e candidatos a fim de ampliar participação nas próximas eleições (sugestão: banco atualizado de egressos e ações continuadas de comunicação). Todos os conselheiros concordaram em refletir e propor, até a próxima reunião presencial (fevereiro/2026), medidas para aumentar a participação de discentes e egressos nas eleições do CONSUP (ex.: linguagem simples, mobilização local, líderes de turma, uso de canais digitais e presenciais). Não havendo mais nada a tratar, o presidente substituto agradeceu novamente a presença de todos, e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e pelos membros deste Conselho que participaram da reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo da Silva Paz Neto, Conselheiro**, em 15/04/2026, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Leite Apinage, Conselheiro**, em 15/04/2026, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edmar Vinicius de Carvalho, Conselheiro**, em 15/04/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milene Lopes dos Santos Queta, Conselheira**, em 15/04/2026, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Peixoto Soares da Silva, Conselheira**, em 15/04/2026, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Cesar de Sousa, Conselheiro**, em 16/04/2026, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Sousa Galvao, Presidente Substituto**, em 17/04/2026, às 07:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Corombert Leão de Oliveira, Conselheiro**, em 17/04/2026, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Vítor Bonini de Alcantara, Conselheiro**, em 17/04/2026, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, Conselheira**, em 17/04/2026, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Carvalho de Souza Timoteo, Conselheiro**, em 22/04/2026, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Gabriel Ribeiro da Silva, Conselheiro**, em 22/04/2026, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rafaela Bezerra Cavalcante de Sousa, Conselheira**, em 22/04/2026, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josuan de Carvalho da Cunha, Conselheiro**, em 22/04/2026, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Adriana de Faria Ribeiro, Conselheira**, em 22/04/2026, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erica Ribeiro de Sousa Simonetti, Conselheira**, em 23/04/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Alves Machado, Conselheiro**, em 23/04/2026, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Regina Marques Amado da Silva, Conselheira**, em 30/04/2026, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Dias Costa, Conselheiro**, em 04/05/2026, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ferreira de Queiroz, Conselheira**, em 15/05/2026, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3006563** e o código CRC **C9DE7326**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.023933/2025-83

SEI nº 3006563